

4º SIMULADO

ALECE

(TÉCNICO LEGISLATIVO)



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

4º Simulado ALE-CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da ALE-CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-ALECE-31-05-20>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO**Portugueses no Rio de Janeiro**

O Rio de Janeiro é o grande centro da imigração portuguesa até meados dos anos cinquenta do século passado, quando chega a ser a “terceira cidade portuguesa do mundo”, possuindo 196 mil portugueses – um décimo de sua população urbana. Ali, os portugueses dedicam-se ao comércio, sobretudo na área dos comestíveis, como os cafés, as panificações, as leitarias, os talhos, além de outros ramos, como os das papelarias e lojas de vestuários. Fora do comércio, podem exercer as mais variadas profissões, como atividades domésticas ou as de barbeiros e alfaiates. Há, de igual forma, entre os mais afortunados, aqueles ligados à indústria, voltados para construção civil, o mobiliário, a ourivesaria e o fabrico de bebidas.

A sua distribuição pela cidade, apesar da não formação de guetos, denota uma tendência para a sua concentração em determinados bairros, escolhidos, muitas vezes, pela proximidade da zona de trabalho. No Centro da cidade, próximo ao grande comércio, temos um grupo significativo de patrícios e algumas associações de porte, como o Real Gabinete Português de Leitura e o Liceu Literário Português. Nos bairros da Cidade Nova, Estácio de Sá, Catumbi e Tijuca, outro ponto de concentração da colônia, se localizam outras associações portuguesas, como a Casa de Portugal e um grande número de casas regionais. Há, ainda, pequenas concentrações nos bairros periféricos da cidade, como a Jacarepaguá, originalmente formado por quintas de pequenos lavradores; nos subúrbios, como Méier e Engenho Novo; e nas zonas mais privilegiadas, como Botafogo e restante da zona sul carioca, área nobre da cidade a partir da década de cinquenta, preferida pelos mais abastados.

01. De acordo com o Texto, o perfil dos portugueses que habitavam o Rio de Janeiro nos meados do século passado está adequadamente representado em:

- a) Moravam em regiões ricas, próximos a seus locais de trabalho, e tinham profissões que exigiam muitos conhecimentos técnicos.
- b) Dedicavam-se à formação de grupos religiosos e folclóricos e viviam em bairros exclusivos para sua comunidade.

- c) Ocupavam diversas regiões da cidade, distribuindo-se em proporção semelhante pelas periferias, Centro e da zona norte.
- d) Eram trabalhadores de atividades profissionais variadas e procuravam morar em áreas perto de suas regiões de trabalho.
- e) Tinham ocupações que correspondiam às opções de trabalho oferecidas sem necessidade de alguma formação especializada.

02. De acordo com o texto, os portugueses eram 196 mil habitantes na cidade, a terceira portuguesa do mundo. Esse número correspondia a um décimo de sua população urbana.

Deduz-se que havia cerca de 1.960.000 habitantes

- a) na cidade do Rio de Janeiro.
- b) no Estado do Rio de Janeiro.
- c) na cidade de Lisboa.
- d) somando-se o Rio de Janeiro com Lisboa.
- e) nas três primeiras cidades portuguesas do mundo.

03. No trecho “A personalidade **genuína** prioriza relações saudáveis” a palavra destacada é acentuada graficamente pelo mesmo motivo pelo qual se acentua a palavra

- a) armazéns
- b) distância
- c) ídolo
- d) raízes
- e) viés

04. No trecho “Pepe viu que a mentira fora descoberta. E logo perguntou: E agora?”, a palavra **logo** tem o mesmo valor que se vê em:

- a) A chuva vem caindo há muito tempo, logo o roçado já está regado.
- b) Dias de tempestades e enchentes; logo, desabrigados com certeza.
- c) As chuvas devem cair logo mais, de acordo com os órgãos de previsão de tempo.
- d) A chuva de logo deve ser forte, pois a defesa civil já está em alerta.
- e) A chuva começou a cair agora, o roçado estará logo molhado.

05. A frase em que a colocação do pronome se mostra adequada à norma-padrão é:

- a) Daqui a quarenta anos, ainda desejar-se-á que o país seja mais justo.
- b) É preciso que encontrem-se soluções urgentes e imediatas para o combate à fome.
- c) Jamais **nos** conformemos com a situação de miserabilidade de muitos brasileiros!
- d) **Me** surpreende que, no Brasil da atualidade, o povo ainda morra de fome.
- e) Até quando desrespeitaremos-**nos** a vida?

06. O período em que a regência do verbo em destaque está adequada à norma-padrão é:

- a) O assistente **aspirava** o cargo como quem deseja o impossível.
- b) O leitor se **lembrou** que o autor havia tratado do tema em outros livros.
- c) A moça **preferia** o mar do que o rio.
- d) Jô Soares **queria** muito bem ao filho.
- e) Não **duvidava** que a situação exigiria uma decisão rápida.

07. A concordância verbal está plenamente adequada à norma-padrão no seguinte período:

- a) Fazem 25 anos que o piloto Ayrton Senna morreu.
- b) Deve haver muitos aposentados na fila do banco.
- c) Deve existir vários equívocos na declaração.
- d) Muitos de nós quer viver com saúde e segurança.
- e) Cada um de nós devem ter responsabilidade com a saúde coletiva.

08. Considerem-se as orações abaixo.

I - Antigamente era empregada essa concepção.

II – A comunidade científica hoje discorda dessa concepção.

Unindo-se essas orações, suprimindo-se as repetições e respeitando-se a norma-padrão, tem-se o seguinte período:

- a) Antigamente era empregada essa concepção, a qual a comunidade científica hoje discorda.
- b) Antigamente era empregada essa concepção, com a qual comunidade científica hoje discorda.
- c) Antigamente era empregada essa concepção, pela qual a comunidade científica hoje discorda.
- d) Antigamente era empregada essa concepção, da qual a comunidade científica hoje discorda.
- e) Antigamente era empregada essa concepção, para a qual a comunidade científica hoje discorda.

09. A vírgula está empregada de acordo com a língua escrita padrão em

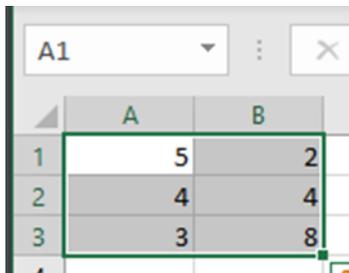
- a) As agências, dos Correios prestam serviços de entrega em domicílio.
- b) Os moradores poderão pagar nas lotéricas as suas contas de água de, luz e telefone.
- c) O comércio local vende alimentos, vestuário, utensílios domésticos mais baratos.
- d) Os cursos de capacitação profissional e economia, doméstica melhoraram a vida daquela comunidade.
- e) Os correntistas fizeram empréstimos para reformar, casas e comprar móveis .

10. Assim como na locução “trem **a vapor**”, também não há acento indicativo de crase no seguinte texto da mensagem contextualizada entre parênteses:

- a) Galinhada a baiana (cardápio de restaurante)
- b) Sujeito a guincho (placa aos motoristas)
- c) Pasta a moda da casa (cardápio de restaurante)
- d) Interdição da via a frente (placa aos motoristas)
- e) Bem-vindo a Bahia (placa aos transeuntes)

INFORMÁTICA

Renato da Costa



	A	B
1	5	2
2	4	4
3	3	8

11. Considerando o fragmento da janela acima extraída do MS Excel 2019, com o intervalo de A1:B3 selecionado, considere.

- a) Ao se clicar o botão  as células A4 e B4 serão preenchidas automaticamente com 12 e 14 respectivamente.
- b) Ao se clicar o botão  as células C1, C2 e C3 serão preenchidas automaticamente com 7, 8 e 11 respectivamente.
- c) Ao se pressionar a tecla  as células serão automaticamente mescladas e conteúdo agrupado como 5 4 3 2 4 8
- d) Ao se pressionar a tecla  as células serão automaticamente mescladas e conteúdo agrupado como 5 2 4 4 3 8
- e) Ao se pressionar a tecla  será suficiente para que as células sejam mescladas e exiba somente o número 5 centralizado.

12. A fórmula =MED(A1:B3), digitada na célula C1, irá apresentar como resultado:

- a) 4,33
- b) 4
- c) 13
- d) 6
- e) 5

13. Analise a descrição a seguir.

No contexto da segurança na internet, existem mensagens que trafegam na grande rede com conteúdo alarmante ou falso e que, geralmente, têm como remetente, ou apontam como autora, alguma instituição, empresa importante ou órgão governamental.

A descrição corresponde ao conceito de:

- a) hoax
- b) worm
- c) phishing
- d) spyware
- e) trojan

14. O recurso do Word que permite **controlar alterações** é acessado a partir da guia:

- a) página inicial
- b) formatar
- c) editar
- d) inserir
- e) revisão

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Emerson Bruno

15. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- b) A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e nem encerrada se a aprovação da lei do orçamento anual.
- c) Salvo disposição constitucional em contrário, a Assembleia Legislativa funcionará em sessões públicas, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos
- d) Os Deputados Estaduais serão, desde a expedição do diploma, processados e julgados pelo Tribunal de Justiça.
- e) A Assembleia Legislativa e suas comissões, pelo voto de um terço dos seus membros, podem convocar Secretário

de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

16. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará, dentre outras espécies normativas, o processo legislativo compreende a elaboração de, EXCETO:

- a) leis complementares;
- b) decretos legislativos;
- c) medidas provisórias;
- d) emendas à Constituição;
- e) leis delegadas.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS

Paulo Guimarães

17. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Ceará (Lei nº 9.286/1974), o servidor perderá:

- a) o vencimento do cargo efetivo quando o eleito for servidor estadual, municipal ou federal. Nesta hipótese o candidato eleito deverá permanecer recebendo o vencimento do cargo efetivo quando no exercício do mandato.
- b) dois terços do vencimento do dia, se comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à fixação para o início do expediente, quando se retirar antes de findo o período de trabalho.
- c) dois terços do vencimento durante o período de afastamento em virtude de condenação por sentença passada em julgado à pena de que não resulte em demissão.
- d) dois terços terço do vencimento, durante o afastamento por motivo de prisão administrativa.
- e) dois terços terço do vencimento, durante o afastamento por motivo de denúncia por crime funcional.

REGIMENTO INTERNO ALE-CE

Luiz Cláudio/Miguel Gerônimo

18. Em sessão ordinária realizada em determinada quarta-feira de março de 2020 no plenário da Assembleia Legislativa do Ceará, enquanto a Deputada Maria Celeste usava da palavra durante a discussão de projeto de lei, o Deputado João Terreno solicitou um aparte, que

é a interrupção permitida pelo orador para indagação ou esclarecimento, relativo ao assunto em debate. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Ceará, é correto afirmar

- a) o aparte jamais poderá exceder a três minutos.
- b) O Deputado poderá apartear o orador se solicitar ao Presidente da Assembleia e obtiver deste a permissão.
- c) Quando o Presidente estiver usando da palavra, o aparte somente será possível se solicitado e concedido pelo orador.
- d) A fim de promover o equilíbrio do debate, se concedido pelo orador, o aparte poderá ser feito paralelo ao discurso.
- e) Quando um deputado solicitar aparte ao orador que estiver apresentando parecer oral, o orador não poderá concedê-lo.

19. Os requerimentos de convocação de Secretários de Estado perante a Assembleia Legislativa são instrumentos de freios e contrapesos utilizados pelo Poder Legislativo para que a Assembleia Legislativa obtenha informações dessas autoridades referentes a assuntos de interesse da sociedade e da Casa legislativa. Sobre esse importante assunto e com base nas disposições regimentais, é correto afirmar:

- a) O requerimento de convocação é sujeito à deliberação do Plenário, podendo ser formulado por escrito ou verbalmente, indicando, com precisão, o objetivo da convocação.
- b) Por meio de entendimentos com o Primeiro-Secretário da Mesa, é de livre escolha do Secretário convocado a data e o horário para o seu comparecimento à Assembleia Legislativa, desde que dentro do prazo não superior a vinte dias após a aprovação do requerimento.
- c) Não há previsão regimental para que Secretário de Estado compareça perante comissão parlamentar.

- d) Não há previsão regimental para convocação de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Ceará perante a Assembleia Legislativa
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ALE-CE

Paulo Guimarães

20. Conforme o que preceitua a Resolução 698 de 2019 que trata da Estrutura Organizacional, Cargos em Comissão e funções de natureza comissionada da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará assinale a alternativa que indica os órgãos subordinados diretamente à Mesa Diretora:

- a) Coordenadoria de Comunicação Legislativa.
- b) Coordenadoria de Comunicação Social.
- c) Coordenadoria de Eventos e Cerimonial.
- d) Diretoria Administrativa e Financeira.
- e) Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Heron Lemos

21. A história do conceito de cidadania é a história dos processos que configuraram a dinâmica dos direitos e dos deveres dentro das comunidades politicamente organizadas. Nesse sentido, são responsabilidades exclusivas do Estado Brasileiro:

- a) Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Serviços de Educação e Serviços de Saúde.
- b) Regulamentação, Fiscalização, Fomento, Segurança Pública e Serviços de Saúde.
- c) Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Seguridade Social Básica, Serviços de Educação.
- d) Regulamentação, Fiscalização, Fomento, Segurança Pública e Seguridade Social Básica.
- e) Regulamentação, Segurança Pública, Seguridade Social Básica, Serviços de Saúde e Atividades Culturais.

22. No tocante à Administração Pública Gerencial, pode-se argumentar que, nas suas três dimensões, a reforma gerencial avançou de maneira adequada nos seguintes níveis:

- a) institucional e financeiro
- b) administrativo e cultural
- c) institucional e operacional
- d) administrativo e gerencial
- e) institucional e cultural

23. Governança e governabilidade são constructos que regem a construção e a operação do estado contemporâneo, mas se diferenciam em aspectos fundamentais. Governança e governabilidade estão relacionadas, respectivamente a:

- a) reforma do aparelho de Estado e Reforma do Estado.
- b) parcerias público-privadas e accountability.
- c) prestação de contas e *empowerment*.
- d) governo físico e governo eletrônico.
- e) efetividade e eficiência

24. Em relação aos processos administrativos nas organizações, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Prever é traçar um programa de ação.
- b) Organizar significa distribuir tarefas.
- c) Comandar é distribuir/orientar pessoas.
- d) Coordenar é harmonizar os esforços individuais.
- e) Controlar é estimular iniciativas autônomas.

25. Os processos de comunicação englobam

- a) todo o fluxo de informação, estruturado ou não, entre a organização e as pessoas e vice-versa.
- b) as relações sindicais, que são processos que tratam da relação entre organização, pessoas e sindicatos representativos dos trabalhadores.
- c) as relações com a comunidade, que compreendem o conjunto de políticas que balizam as relações entre organização, pessoas e comunidade.
- d) os canais e os veículos de comunicação entre organização e pessoas, entre as pessoas que mantêm relação de trabalho com a organização e entre pessoas, organização e comunidade.
- e) todo fluxo de informação que permitir ao gestor mapear as alternativas decisórias sobre as pessoas e os riscos de cada alternativa para a organização.

26. A organização ESTRATÉGIA CONCURSOS está desenvolvendo um trabalho estável e ocorrendo o mínimo de conflitos. A gerente Dani Pires possui autoridade de linha sobre todo o projeto, designa trabalhos e conduz as avaliações de desempenho. No ESTRATÉGIA CONCURSOS desenvolvem-se canais sólidos de comunicação e cada professor se reporta a apenas uma pessoa, resultando em um tempo de reação muito rápido. Pode-se afirmar que a estrutura organizacional, nesse caso, é do tipo:

- a) linha-staff
- b) por produto
- c) clássico
- d) matricial
- e) por localização

27. As organizações públicas utilizam uma visão moderna de Gestão de Processos de Negócio que define um ciclo de vida de um processo, partindo desde a sua descoberta até a sua implementação. De modo a tornar a instituição apta à implantação de uma solução tecnológica de gerenciamento de processos, desenvolveu-se um modelo de maturidade de processos de negócio, o *Business Process Maturity Model*. O modelo encontra-se dividido em cinco níveis de maturidade, assim como os demais modelos baseados no *Process Maturity Framework*. Qual dos itens abaixo NÃO é considerado um nível de Maturidade?

- a) Gerenciado
- b) Encenação
- c) Previsível
- d) Otimizado
- e) Padronizado

28. Existem diversos tipos de planejamento, posicionados em diferentes níveis hierárquicos na organização, que podem ser classificados como estratégico, tático e operacional. Os PLANOS OPERACIONAIS podem ser classificados em quatro tipos. Marque a alternativa que apresenta CORRETAMENTE esses quatro tipos.

- a) Fluxo de ação, projetos, balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício.

- b) Procedimentos, orçamentos, programas e regulamentos.
- c) Fluxo de caixa, balance scorecard, fluxograma e mapofluxograma.
- d) Funcionograma, departamentalização, PMBOK e seis sigma.
- e) Procedimentos, organograma, programas e regulamentos.

29. Qual tipo de estratégia, com atitude defensiva, deve ser adotado quando a empresa está enfrentando ou espera encontrar dificuldades?

- a) Estratégia de sobrevivência
- b) Estratégia de crescimento
- c) Estratégia de manutenção
- d) Estratégia de desenvolvimento
- e) Estratégia de diversificação

30. A gestão de pessoas nas organizações é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas – empregados, funcionários, recursos humanos ou qualquer denominação utilizada – para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. A gestão por competências gera impactos nas estratégias da organização, além de contribuir para o aprimoramento de diversas atividades relativas à gestão de pessoas. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta um objetivo específico da gestão estratégica de pessoas.

- a) Vincular as ações de recrutamento e seleção, treinamento e remuneração à visão, à missão, aos valores e à cultura da organização.
- b) Comunicar comportamentos valorizados.
- c) Focalizar a atenção em comportamentos voltados à satisfação dos clientes, orientando os gerentes quanto à estratégia e à cultura corporativas.
- d) Ajustar as políticas de gestão de pessoas às estratégias corporativas.
- e) Desenvolver vantagens competitivas, atualizando, de forma permanente, o conjunto de competências que a organização possui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Sobre a organização administrativa e os princípios da Administração Pública brasileira, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Quando a União cria nova secretaria vinculada a um de seus ministérios, com a finalidade de transferir algumas de suas atribuições, o ente federal descentraliza uma atividade administrativa a um ente personalizado.
- b) São integrantes da Administração Indireta, entre outros, as autarquias, as fundações e os serviços sociais autônomos.
- c) As agências reguladoras exercem função normativa primária, observadas as normas hierarquicamente superiores.
- d) A criação de autarquia é forma de descentralização por meio da qual se transfere determinado serviço público para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.
- e) Desconcentração administrativa consiste na distribuição do exercício das funções administrativas entre pessoas jurídicas autônomas.

32. Após analisar cada uma das alternativas seguintes, aponte a que contém afirmativa INCORRETA:

- a) O princípio da proporcionalidade, que determina a adequação entre os meios e os fins, deve ser obrigatoriamente observado no processo administrativo, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- b) A possibilidade que tem a administração pública de, nos termos da lei, constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais, decorre do princípio da supremacia do interesse público.
- c) Em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, o Estado somente poderá exercer sua função administrativa sob o regime de direito público.
- d) O princípio da razoabilidade apresenta-se como meio de controle da discricionariedade administrativa.
- e) Por força do princípio da legalidade, o administrador público tem sua atuação limitada ao que estabelece a lei, aspecto que o difere do particular, a quem tudo se permite se não houver proibição legal.

33. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), pode-se afirmar corretamente que

- a) na punição aos atos de improbidade administrativa, a penalidade será distinta se o ato implicar enriquecimento ilícito do agente ou se ele apenas causar prejuízo ao erário.
- b) a prática de ato de improbidade por particular prescinde da participação de agente público para sua configuração.
- c) a aplicação de sanções por atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário depende da aprovação das contas pelo tribunal ou conselho de contas.
- d) o estagiário de órgão público não pode ser sujeito ativo de ato de improbidade administrativa, em virtude do vínculo precário e transitório que mantém com a administração pública.
- e) o servidor público que praticar ato de improbidade administrativa que implique em enriquecimento ilícito ficará sujeito à perda de bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio. Em caso de óbito do agente público autor da improbidade, esse ônus não será extensível aos seus sucessores.

34. Aponte a assertiva correta no que se refere ao ato administrativo.

- a) A imperatividade do ato administrativo prevê que a Administração Pública, para executar suas decisões, não necessita submeter sua pretensão ao Poder Judiciário.
- b) Conforme a teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo vincula-se aos motivos que o determinaram, sendo, portanto, nulo o ato administrativo cujo motivo estiver dissociado da situação de direito ou de fato que determinou ou autorizou a sua realização.
- c) A competência, finalidade, forma, motivo, objeto e a legalidade são considerados requisitos dos atos administrativos.
- d) Em geral, a revogação do ato administrativo produz efeitos ex tunc, mas, em determinadas situações, pode ela ter efeitos ex nunc.
- e) Ato administrativo praticado fora dos padrões de legalidade e que exorbite os limites definidos e previstos em lei é denominado ato discricionário.

35. Julgue os itens a seguir sobre atos administrativos e, em seguida, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A lei pode atribuir efeitos ao silêncio administrativo, inclusive para deferir pretensão ao administrado.
- b) O objeto do ato administrativo deve guardar estrita conformação com o que a lei determina.
- c) Permissão é o ato administrativo, por meio do qual a administração pública declara formalmente que os requisitos legais e regulamentares foram preenchidos. Esse ato é editado no exercício de competência vinculada e constitui o direito de um particular ao exercício de uma profissão ou atividade privada determinada.
- d) Caso haja a revogação de ato administrativo revogador, não poderão ser aproveitados os efeitos produzidos no período em que vigorava o primeiro ato revogador.
- e) Segundo a teoria dos motivos determinantes, mesmo que um ato administrativo seja discricionário, não exigindo, portanto, expressa motivação, se tal motivação for declinada pelo agente público, passa a vinculá-la aos termos em que foi mencionada.

36. Ana, servidora que trabalhava na recepção da Assembleia Legislativa do Ceará desentendeu-se com João, seu superior. Para se vingar de Ana, João determinou que, a partir daquele dia, ela anotasse os dados completos de todas as pessoas que entrassem e saíssem daquele imóvel.

Tendo o caso acima como referência, julgue os itens a seguir acerca dos poderes da Administração e assinale a afirmativa correta.

- a) O ato de João foi praticado no exercício de seu poder disciplinar.
- b) Na situação apresentada, a ordem exarada por João é ilícita, por vício de competência.
- c) O ato de João foi praticado no exercício de seu poder de polícia administrativa.
- d) João cometeu um abuso de poder, na modalidade excesso de poder.
- e) Na situação apresentada, a ordem exarada por João é ilícita, por vício de finalidade.

37. Acerca dos poderes administrativos, assinale a afirmativa correta:

- a) Configura-se abuso de poder a conduta de agente público que exorbita a sua competência prevista em lei.
- b) Decorre do exercício do poder disciplinar dirimir conflitos de competência, positivos ou negativos, entre subordinados.
- c) A relação entre a administração direta e as entidades que integram a administração indireta pressupõe a existência do poder hierárquico entre ambas.
- d) É vedado limitar a discricionariedade administrativa por meio do exercício do poder regulamentar.
- e) O desvio de finalidade é a modalidade de abuso de poder em que o agente público atua fora dos limites de sua competência, invadindo atribuições cometidas a outro agente.

38. A respeito das licitações públicas, é correto afirmar que

- a) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- b) Caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixe de celebrar o contrato alegando necessidade de prazo adicional para confirmar a proposta, o pregoeiro poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a sessenta dias.
- c) A contratação direta de fornecedor exclusivo é caso especial de inexigibilidade de licitação.
- d) Ao final do certame, se verificar a ocorrência de violação ao edital, o pregoeiro não poderá homologar o certame e, caso se trate de vício insanável, terá de, obrigatoriamente, anulá-lo.
- e) O conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto de licitação deve constar do projeto básico, que consiste de documento não integrante do edital.

39. Julgue os itens a seguir, sobre a modalidade de licitação pregão, assinalando a alternativa correta.

- a) Na administração pública pode ser adotada a modalidade de licitação pregão para a aquisição de bens e serviços comuns ou especiais e diferenciados.
- b) Como condição para participar de pregão, na forma da referida lei, é indispensável que o licitante adquira o edital referente ao certame que ele pretende participar.
- c) O pregão é uma modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns pelos entes públicos, sem qualquer restrição em relação ao valor estimado da contratação.
- d) Tratando-se de pregão, os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços contratados serão fixados na fase externa da licitação, imediatamente após a convocação dos interessados.
- e) De acordo com a Lei n.º 10.520/2002, se a licitação for feita na modalidade pregão, exigir-se-á garantia de proposta para a aquisição de serviços comuns.

40. Sobre a Lei nº 10.520/2002, que regula a modalidade de licitação denominada pregão, é INCORRETO afirmar que:

- a) No pregão, os membros da equipe de apoio deverão ser, em sua maioria, servidores que ocupem cargo efetivo ou emprego na administração e que pertençam, preferencialmente, ao quadro permanente do órgão ou entidade responsável pelo evento.
- b) Para a participação no pregão, não se exige dos licitantes a aquisição do edital ou a apresentação de garantia de proposta.
- c) É possível a licitação na modalidade pregão, pelo critério técnica e preço, desde que o bem ou serviço seja considerado comum.
- d) As normas da Lei n.º 8.666/1993 podem ser aplicadas subsidiariamente à modalidade de pregão.
- e) A modalidade de licitação denominada pregão é sempre do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

41. Assinale a afirmativa correta a respeito dos contratos administrativos:

- a) Cabe ao fiscal do contrato, e não ao contratado, optar por uma das modalidades de garantia previstas na Lei de Licitações e Contratos.
- b) Em razão da supremacia do interesse público é permitido que a Administração Pública rescinda unilateralmente contrato administrativo por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, ficando isenta de reparar o contratado por eventuais prejuízos regularmente comprovados.
- c) O prazo máximo de vigência para o contrato emergencial é de noventa dias consecutivos e ininterruptos, sendo permitida uma única prorrogação.
- d) O contratado fica obrigado a aceitar alterações unilaterais promovidas pela administração, desde que estas não excedam 55% do valor do objeto original.
- e) Segundo a jurisprudência do STF, o Tribunal de Contas da União é competente para declarar a inidoneidade de empresa privada para fins de participação em licitações promovidas pela administração pública.

42. No que se refere aos agentes públicos e à organização administrativa, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- a) O cargo de dirigente de empresa pública e de sociedade de economia mista é regido obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- b) Para exercer função de confiança na administração pública, o servidor deverá ser ocupante de cargo efetivo.
- c) O prazo de validade de concurso público é de até dois anos, podendo ele ser prorrogado enquanto houver candidatos aprovados no cadastro de reserva.
- d) A vedação ao acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende aos empregados das sociedades de economia mista.
- e) A exoneração dos ocupantes de cargos em comissão deve ser motivada, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

43. No que diz respeito à responsabilização de agentes públicos por condutas ilegais e ao processo administrativo, pode-se afirmar corretamente que

- a) O processo administrativo somente se inicia a pedido do interessado, mediante o protocolo de requerimento escrito em que conste a exposição do pedido e seus fundamentos.
- b) A Administração Pública deve observar, nas situações de litígio, a garantia do direito à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de prova e à interposição de recursos.
- c) A competência para a decisão de recursos administrativos pode ser delegada ao órgão da advocacia pública, por ato administrativo motivado e publicado no meio oficial.
- d) Quando da realização do controle de legalidade dos atos administrativos que pratica, a administração pública deve revogar, de ofício ou mediante provocação do interessado, quaisquer atos que tenham sido praticados com violação da lei.
- e) Os atos administrativos discricionários independem de motivação, ainda que neguem direitos, diferentemente dos atos vinculados, para os quais se exige motivação e que são de cumprimento obrigatório pelo administrador público.

44. Com fundamento nas orientações contidas na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- a) Das decisões que indeferem o acesso a informações requeridas caberá recurso, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ciência do interessado.
- b) O serviço de busca e informação será gratuito em qualquer caso, uma vez que se trata de atividade de interesse público.
- c) A classificação do sigilo de informações, no âmbito da administração pública federal, como ultrassecreta, será de competência exclusiva do chefe do executivo.
- d) O amplo acesso à informação compreende também as informações relativas à qualquer projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico.
- e) A restrição sobre uma informação sigilosa classificada como reservada perdura por no máximo 5 (cinco) anos.

45. É dever do órgão ou entidade pública autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Em caso de recusa, total ou parcial, do acesso pretendido, o órgão ou entidade pública deverá indicar as razões de fato ou de direito que ensejaram o ato no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 5 (cinco) dias.
- c) 10 (dias) dias.
- d) 20 (vinte) dias.
- e) 30 (trinta) dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Túlio Lages

46. É competência do Supremo Tribunal Federal (STF), de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil,

- a) o julgamento de desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal no caso de crimes de responsabilidade.
- b) processar e julgar, de forma originária, o presidente da República nas infrações penais comuns.
- c) o controle da atuação administrativa do Poder Judiciário.
- d) o julgamento dos conflitos de atribuições entre autoridades administrativas da União.
- e) processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

47. Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) As Constituições estaduais não se sujeitam a nenhuma limitação prevista na Constituição Federal de 1988, em virtude da capacidade de auto-organização dos Estados.
- b) A fim de conferir uniformidade, os subsídios do Governadores e Vice-Governadores de todo o país serão fixados por lei complementar federal.

c) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

d) Cabe à União explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

e) É admitido aos entes federativos recusar fé aos documentos públicos, excepcionalmente, mediante decisão fundamentada.

48. Em relação à nacionalidade, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Brasileiro naturalizado poderá ocupar cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

b) É possível a extradição de brasileiro naturalizado que tenha praticado crime político antes da respectiva naturalização.

c) É permitido ao brasileiro naturalizado ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas.

d) Brasileiro nato que venha a adquirir outra nacionalidade não perderá a nacionalidade brasileira caso haja o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

e) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, de pais estrangeiros, ainda que estes estejam a serviço de seu país.

49. Acerca dos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos, é correto afirmar:

a) O sigilo da fonte da informação não é resguardado pela ordem constitucional.

b) É garantido ao preso o direito ao silêncio, como instrumento de não-incriminação.

c) A honra e a imagem das pessoas são direitos invioláveis, assegurado o direito de reparação apenas pelo dano moral em caso de eventual violação.

d) De forma a assegurar a igualdade material, não é lícita a instituição de tratamentos distintos entre homens e mulheres, uma vez que a Constituição Federal de 1988 prevê expressamente que todos são iguais perante a lei.

e) É plena e ilimitada a liberdade de associação.

50. Sobre os partidos políticos, conforme disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar:

a) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro no Tribunal Superior Eleitoral.

b) É autorizado aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro, desde que prestem contas à Justiça Eleitoral do montante recebido.

c) É constitucionalmente prevista a criação de partido político regional, desde que seja feito o devido registro dos estatutos do partido no tribunal regional eleitoral correspondente no prazo legal.

d) Os partidos políticos devem prestar contas à Justiça Federal.

e) A utilização de organização paramilitar é vedada de forma absoluta aos partidos políticos pela Constituição Federal vigente.

51. À luz da sistemática prevista na Constituição Federal vigente para a organização político-administrativa, é correto afirmar:

a) No caso dos Territórios Federais, sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.

b) Os Estados podem incorporar-se entre si mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e das respectivas Assembleias Legislativas, por lei complementar.

c) É permitido apenas à União subvencionar cultos religiosos.

d) A criação de Município deverá ser feita por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.

e) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e o Ministério Público, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

52. No que tange ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

- a) Tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o Presidente da República.
- b) É lícita a extinção de órgãos públicos por meio de decreto do Presidente da República na hipótese de redução de despesa para a União.
- c) Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente da República, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- d) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- e) Compete ao Presidente da República nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição, os Procuradores-Gerais dos Estados e o Advogado-Geral da União.

53. Sobre os direitos sociais previstos na Constituição Federal vigente, é correto afirmar:

- a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, facultada sua vinculação para os fins previstos na legislação.
- b) A Constituição Federal de 1988 admite o trabalho em condições de periculosidade ao maior de dezesseis anos de idade, desde que na condição de aprendiz.
- c) A licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, conta com duração de cento e oitenta dias prevista constitucionalmente.
- d) O salário é protegido na forma da lei, constituindo crime sua retenção, independentemente de dolo ou culpa.
- e) A assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas é previsto como direito dos trabalhadores urbanos e rurais.

54. Sobre o Poder Judiciário, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Os ministros do Superior Tribunal de Justiça são nomeados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal depois de aprovada a escolha pela maioria do Senado Federal.
- b) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, ações contra o Conselho Nacional de Justiça.
- c) O Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça é um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- e) A Defensoria Pública é órgão do Poder Judiciário.

55. Em relação à organização do Estado prevista na Constituição vigente, é correto afirmar:

- a) Compete concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre o sistema monetário e de medidas, títulos e garantia de valores.
- b) Os Estados possuem competência para criar, organizar e suprimir distritos.
- c) Diante da inexistência de lei federal sobre normas gerais de direito tributário, os estados possuem capacidade plena para legislar sobre o tema, para atender a suas peculiaridades.
- d) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas.
- e) É competência concorrente à União e aos Estados manter o serviço postal.

56. Sobre o Poder Legislativo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- a) Concessão de anistia é tema que compete ao Congresso Nacional legislar que não exige sanção do Presidente da República.
- b) A imunidade material atinente aos vereadores somente ocorre no exercício do mandato e na circunscrição do Estado em que localizado o Município.
- c) Cada Território elegerá quatro Deputados.

d) As imunidades de Deputados Federais e Senadores ficam automaticamente suspensas quando da decretação do estado de sítio.

e) Perderá o mandato o Deputado Federal ou o Senador que sofrer condenação transitada em julgado, independentemente se na esfera cível ou criminal.

57. Sobre o processo legislativo previsto na Constituição de 1988, é correto afirmar:

a) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição Federal rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que haja aprovação nesse sentido mediante quórum qualificado do Congresso Nacional.

b) A Constituição poderá ser emendada por proposta de, no mínimo, 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

c) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição Federal tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.

d) É autorizada a edição de medida provisória sobre direito processual civil.

e) É de iniciativa privativa do Senado Federal projeto de lei que disponha sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios.

58. No que tange aos direitos políticos, é correto afirmar:

a) O militar alistável é inelegível.

b) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

c) Os analfabetos não podem alistar-se como eleitores.

d) Para concorrerem a outros cargos, os chefes do Poder Executivo em cada esfera de governo devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

e) É de trinta e cinco anos a idade mínima para candidatar-se ao cargo eletivo de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

59. No que diz respeito à administração pública, conforme previsão na Constituição Federal, é correto afirmar:

a) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada por lei específica, sem prejuízo de sua alteração por decreto.

b) Servidor público investido em mandato de prefeito exercerá as funções e perceberá as vantagens de ambos os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.

c) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

d) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável até duas vezes, por igual período.

e) Cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham as condições estabelecidas em lei, admitido o acesso por estrangeiros, na forma da lei.

60. Acerca das disposições constitucionais sobre os Municípios, é correto afirmar:

a) Promover o controle da ocupação do solo urbano é incumbência dos Municípios.

b) É facultada às Câmaras Municipais a criação de órgãos de Contas Municipais, para receberem auxílio técnico ao exercício do controle externo.

c) O Município reger-se-á por constituição, votada em dois turnos e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

d) A Câmara Municipal não gastará mais de cinquenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

e) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Vinicius Nascimento

61. Considerando os aspectos constitucionais dos instrumentos de planejamento e orçamento, marque a alternativa correta.

- a) Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- b) Segundo o princípio da exclusividade, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos adicionais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- c) Em respeito ao princípio da anualidade, a lei orçamentária anual não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- d) Apesar do caráter autorizativo, a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.
- e) A União organizará e manterá registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estados, DF e Município, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.

62. A respeito dos créditos adicionais, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Créditos adicionais especiais são destinados a despesas não prevista no orçamento, devendo indicar fonte de sua abertura e autorizado previamente.
- b) Se um determinado município necessitar abrir créditos adicionais para custeio do aumento da remuneração dos servidores concedidos no exercício, uma das fontes que poderá ser utilizada para abertura do respectivo crédito é a reserva de contingência.

c) A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS, a qual também poderá ser utilizada durante o exercício, caso necessário, para a abertura de créditos adicionais, somente será possível com o objetivo de atender a compromissos desse regime. Assim, é uma fonte específica para atender à RPPS, que não pode ser utilizada em outras situações.

d) Segundo o STF, em função da Constituição Federal ter estabelecido como parâmetros os casos de guerra, comoção interna e calamidade pública para a abertura de créditos extraordinários, não há discricionariedade do Presidente da República ao apreciar os critérios para a abertura de crédito extraordinário.

e) O reforço de crédito extraordinário não ocorre mediante abertura de crédito suplementar, mas mediante abertura de crédito de mesma natureza, pois os créditos adicionais conservam suas especificidades.

63. Considerando os estágios da receita e dívida ativa, marque a alternativa correta.

- a) Os estágios da execução da receita iniciam no planejamento e termina no recolhimento.
- b) É possível o recolhimento da receita em conta separada para o custeio da previdência social, uma vez que os recursos para seu custeio são vinculados.
- c) Os créditos da dívida ativa decorrente de empréstimos compulsórios serão inscritos em dívida tributária.
- d) O Imposto de Renda é um tributo cujo lançamento ocorre mediante declaração.
- e) É possível a quitação de débitos inscritos na dívida ativa mediante compensação de créditos provenientes de precatórios.

64. Considerando os aspectos atinentes à transparência na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) Os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público são: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.

- b) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante 180 dias após a aprovação das contas, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.
- c) A prestação de contas da União conterà demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.
- d) O Poder Legislativo adotará, para fins de execução orçamentária e financeira, sistema próprio, observado padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.
- e) Os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, ressalvado referente a recursos extraordinários.

65. São consideradas receitas efetivas, EXCETO.

- a) Dívida Ativa Tributária.
- b) Serviços
- c) Patrimonial.
- d) Multas administrativas.
- e) Transferências de Capital.

66. Dentre as alternativas abaixo, marque aquela que não é computada no gasto com pessoal para fins do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) Gratificação Natalina.
- b) Ajuda de custo para remoção *ex officio*.
- c) Indenização por auxílio transporte
- d) Diárias.
- e) Indenização por demissão.

67. Considerando o conceito e classificação da despesa pública, marque a alternativa correta.

- a) Todas as despesas correntes são, também, efetivas.
- b) Caso determinado ente federativo adquira ambulâncias para atuação no serviço de saúde, tal despesa deverá ser classificada como corrente, no grupo de natureza da despesa investimento.
- c) É possível que despesa extraorçamentária seja considerada efetiva.
- d) Caso seja necessário identifica o objeto do gasto, deve-se verificar o elemento da despesa.
- e) A despesa com amortização da dívida é classificada como despesa primária, diferentemente da despesa com juros da dívida, que é classificada como despesa financeira.

68. Determinado ente público necessita realizar, no início do exercício, empenho para a despesa com pessoal. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade de empenho a ser utilizada é o empenho global, uma vez que a despesa está sujeita a parcelamento.
- b) Para cada servidor, será emitida uma nota de empenho, conforme determina a legislação.
- c) O empenho da despesa será na modalidade estimativo, podendo ser reforçado durante o exercício financeiro em decorrência de reajuste ou aumento de remuneração.
- d) É possível a emissão de empenho ordinário para essa despesa, uma vez que o valor é conhecido e a remuneração será paga em parcela única a cada mês.
- e) O empenho da despesa com pessoal abrange todas as parcelas remuneratórias, incluindo auxílio alimentação, auxílio transporte e diárias.

69. Considere que o Estado X necessita realizar uma obra de construção de hospital de campanha para atender a alta demanda de enfermos. Para isso, a obra foi orçada em R\$ 15.000.000,00, iniciando em 01/02/X0 e finalizando em 31/12/X4, sendo que a dotação é decorrente de emenda impositiva. A respeito das regras relativas à despesa pública e ao orçamento assinale a alternativa correta.

- a) A referida despesa é classificada como despesa obrigatória de caráter continuado, portanto deve ser compensada com aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.
- b) A obra deverá estar adequada com a LOA, ou seja, deve atender as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos e não infrinja qualquer de suas disposições.
- c) A obra deve estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como declaração do ordenador de despesas de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- d) A LOA de X0 não poderá conter a despesa para os exercícios seguintes, em respeito ao princípio da anualidade orçamentária.
- e) A referida despesa é classificada como inversão financeira.

70. A respeito da dívida pública na LRF, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Dívida pública consolidada ou fundada consiste no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;
- b) dívida pública mobiliária corresponde à dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- c) Concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculad.

d) Refinanciamento da dívida mobiliária consiste na emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

e) O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, ressalvada atualização monetária.

Prova Discursiva

Carlos Roberto

TEXTO I

Democracia

Democracia (do grego "demos", povo, e "kratos", autoridade). Segundo o dicionário Aurélio: "1– Governo do povo; soberania popular; democratismo. 2– Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder". "É o governo do povo, para o povo, pelo povo". "Governo do povo" quer dizer governo com um sentido popular; "para o povo" significa que o objetivo é o bem do povo; "pelo povo" quer dizer realizado pelo próprio povo. Na democracia é o povo quem toma as decisões políticas importantes (direta ou indiretamente por meio de representantes eleitos).

A democracia surgiu na Grécia, onde o governo era realmente exercido pelo povo, que fazia reuniões em praça pública para tratar de vários assuntos e problemas, era a chamada Democracia Direta. Neste tipo de democracia, as decisões são tomadas em assembleias públicas. Com o crescimento das populações, as reuniões em praça pública ficaram impossíveis de acontecer, surgiu, então, um novo tipo de democracia, a Democracia Representativa, em que o povo se reúne e escolhe – por meio do voto – os representantes que irão tomar decisões em seu nome. Este é o processo mais comum de tomada de decisão nos governos democráticos, também chamado de mandato político. A democracia se opõe à ditadura e ao totalitarismo e reúne princípios e práticas que protegem a liberdade do ser humano.

Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia>. Acesso em 13 de abril de 2018.

TEXTO II

Por que a democracia está em crise?

O descontentamento com o funcionamento da democracia e o crescimento do radicalismo político se tornaram fenômenos globais, apontaram pesquisas divulgadas no mês passado pelo Pew Research Center e pelo Instituto Ipsos, que ouviram pessoas em 27 países. No Brasil, a imensa maioria (83%) se diz insatisfeita com o funcionamento da democracia, segundo o Pew Research, e a polarização no País é recorde: 32% dos brasileiros acreditam que não vale a pena tentar conversar com pessoas que tenham visões políticas diferentes das suas, de acordo com o Ipsos.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/13/interna_politica,1053274/por-que-a-democracia-esta-em-crise.shtml. Acesso em: 14 de maio de 2020.

A partir da leitura dos textos motivadores, redija uma dissertação sobre **a crise no sistema democrático brasileiro**. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. A relação entre a corrupção e a crise no sistema democrático. [valor: 14,00 pontos]
2. Como a polarização pode comprometer a democracia. [valor: 14,00 pontos]
3. Como o Poder Legislativo pode fortalecer a democracia? [valor: 14,00 pontos]

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ALECE-31-05-20>



Estratégia

Concursos

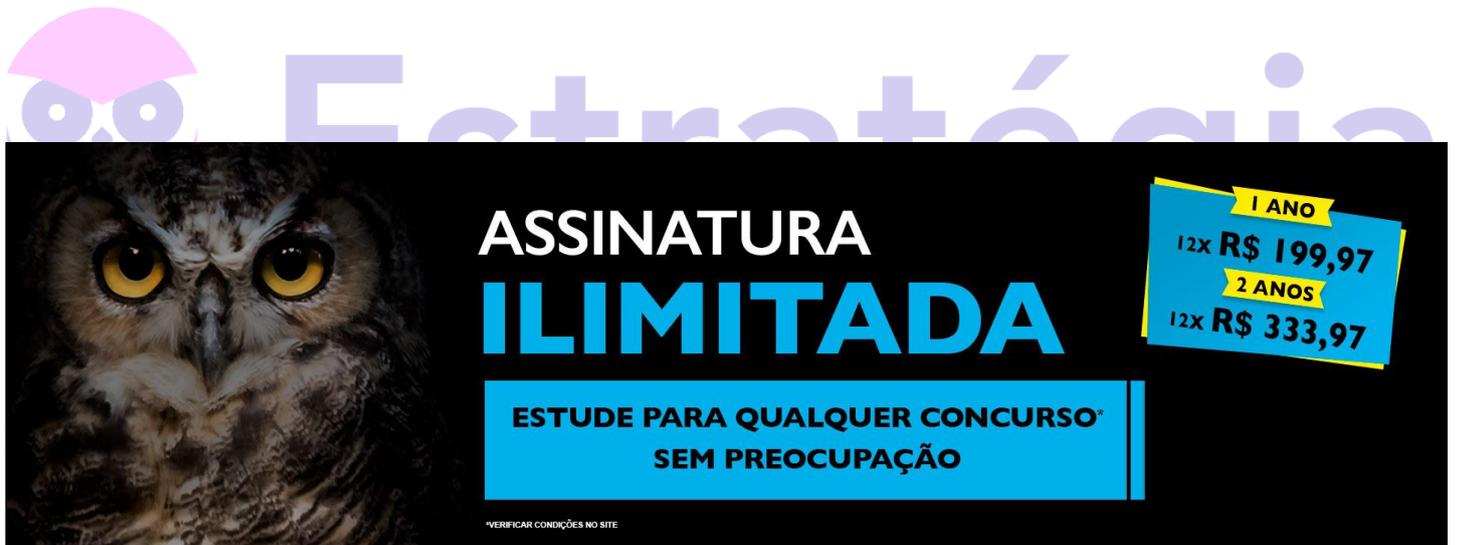
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE